

CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA PARA AS PESQUISAS GEOGRÁFICAS

Patrícia Helena Milani¹

RESUMO: Uma visão e uma forma de escrita universalizantes permeiam a produção científica geográfica, o que dificulta, de modo sempre relativo, o desenvolvimento de olhares mais sensíveis à pluralidade que produz e compõe o espaço. Além disso, há a consolidação de uma relação de autoridade entre os autores que embasam teoricamente os textos de pesquisa e os pesquisadores. Isso pode funcionar negativamente como uma barreira, entre aqueles que pesquisam e os grupos que são pesquisados, quando as teorias são aplicadas nos contextos sociais e espaciais investigados de forma mecânica. As ideias centrais deste artigo questionam esses poderes instituídos na prática de pesquisa e que em muitas circunstâncias impedem descobertas e o surgimento do novo no campo científico geográfico. Proponho um diálogo com a epistemologia feminista, que defende a posicionalidade do pesquisador, já que todo resultado de pesquisa é parcial, pois é situado no tempo e no espaço e deriva das escolhas do pesquisador e das suas relações com o objeto pesquisado.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia Feminista; Geografia; Pesquisa; Posicionalidade.

CONTRIBUTIONS OF FEMINIST EPISTEMOLOGY TO GEOGRAPHICAL RESEARCH

ABSTRACT: A universalizing vision and form of writing permeate geographical scientific production, which makes it always relatively difficult to develop views more sensitive to the plurality that produces and composes space. Moreover, there is the consolidation of a relationship of authority among authors who provide the theories supporting research texts and researchers. This can work negatively as a barrier between those who research and the groups that are researched when such theories are applied mechanically in the social and spatial contexts investigated. The central ideas of this article question these powers instituted in the practice of research, which in many circumstances prevent discoveries and the emergence of the new in the geographical scientific field. I propose a dialogue with feminist epistemology, which defends the positionality of the researcher, since every research result is partial because it is situated in time and space and derives from the choices of the researcher and his/her relations with the object researched.

¹ Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas.

KEYWORDS: Feminist Epistemology; Geography; Research; Positionality

CONTRIBUCIONES DE LA EPISTEMOLOGÍA FEMINISTA A LA INVESTIGACIÓN GEOGRÁFICA

RESUMEN: Una visión y una forma de escritura universalizantes impregnan la producción científica geográfica, lo que hace que siempre sea relativamente difícil desarrollar puntos de vista más sensibles a la pluralidad que produce y compone el espacio. Además, existe la consolidación de una relación de autoridad entre los autores que proporcionan las teorías que apoyan los textos de investigación y los investigadores. Esto puede funcionar negativamente como una barrera entre aquellos que investigan y los grupos que se investigan cuando tales teorías se aplican mecánicamente en los contextos sociales y espaciales investigados. Las ideas centrales de este artículo cuestionan estos poderes instituidos en la práctica de investigación, lo que en muchas circunstancias impiden los descubrimientos y la aparición de lo nuevo en el campo científico geográfico. Propongo un diálogo con la epistemología feminista, que defiende la posición del investigador, ya que cada resultado de la investigación es parcial porque se sitúa en el tiempo y el espacio y deriva de las decisiones del investigador y de sus relaciones con el objeto investigado.

PALABRAS CLAVE: Epistemología Feminista; Geografía; Investigación; Posicionalidad.

INTRODUÇÃO

126

O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada.

Donna Haraway.

Para desenvolver esse texto parto das provocações feitas por Renato Janine Ribeiro (1989) em seu artigo “Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme” e que se combinam com duas inquietações que desenvolvi ao longo do trabalho docente. Segundo o autor estaríamos (no âmbito acadêmico) em uma fase de “esvaziamento do desejo de pensar” no processo de pesquisa, em uma espécie de acomodação das inquietudes intelectuais e reprodução continuada do conhecimento. Neste contexto, o autor nos coloca a questão: A Universidade não deveria incentivar, nos alunos, o espírito de risco, em vez do anseio de acomodação?

A partir das várias leituras que fiz do texto de Ribeiro e de vários diálogos com alunos da graduação e pós-graduação em geografia me coloquei o desafio de sistematizar apontamentos em um texto, no sentido de analisar a pesquisa científica enquanto um trabalho de formação de pesquisadores e pesquisadoras e não apenas de produzir resultados de pesquisa (não que isso seja pouco).

Na medida em que fazemos pesquisas temos como “ponto final” mais que a monografia, a dissertação ou a tese, mas também a formação humana do/a pesquisador/a, o percurso até aquele momento final de entrega do trabalho escrito, o que envolve todo o processo de amadurecimento intelectual e pessoal muitas vezes.

Embutido nesse trilhar, percebo que muitas angústias que integram o percurso de uma pesquisa são remediadas com embasamentos teóricos alicerçados na certeza, em um processo de reprodução dos conceitos para compreender e interpretar a realidade empírica analisada naquele momento – para aquele recorte de pesquisa, uma aplicação mecânica da teoria que acaba atendendo a função de reduzir a ansiedade dos estudantes, em muitos casos. Mas será correto, será sobretudo, enriquecedor, esvaziar de pronto o temor, a dificuldade, a ansiedade que um tema, um problema de pesquisa suscita em nós? (RIBEIRO, 1989)

O que me preocupa e que de certa forma vejo em meu cotidiano acadêmico, ainda que não de forma absoluta, é a iniciação de uma pesquisa, sabendo as respostas finais e o uso das referências bibliográficas para comprovar essas respostas. Sabendo as respostas, a meu ver, perde-se em parte, o sentido da pesquisa, que é exatamente a descoberta e o processo de desenvolvimento da autonomia nos estudantes neste percurso científico.

A preocupação se volta mais para a forma do texto em muitos casos, não que isso não seja importante, é sim e muito, mas a investigação, a dúvida, o desenvolvimento da autonomia é parte integrante e importante do caminho

investigativo. Assim minha proposta com esse texto é debater as possibilidades trazidas pela geografia feminista² para o problema da “terra firme” nas pesquisas geográficas, critica feita por Ribeiro (1989) uma vez que a busca por certezas e a obtenção de resultados de forma acelerada muitas vezes estão retirando dos estudantes o amor a pensar, a *libido* de conhecer.

Compreendendo a Universidade não enquanto uma escola profissionalizante, mas um lugar de construção de um pensamento crítico sobre o mundo moderno, em que podemos desenvolver nossa capacidade de desvendar seus significados mais profundos, para além das aparências que dominam as análises superficiais sobre ele (CARLOS, 2014, p. 472), portanto o desenvolvimento da autonomia, a problematização da reprodução do conhecimento, seja um início para despertar nos estudantes a vontade de inovar, em vez de levá-los a procurar “terra firme, terreno conhecido”.

Outra inquietação que se combina com o exposto e integrará o debate desenvolvido neste texto se refere as visões universalizantes que predominam nas pesquisas³, como se as noções e conceitos tivessem sido elaborados de forma neutra e fossem intransponíveis. Minha principal inspiração para esse debate são as proposições ligadas à epistemologia feminista, cujos pilares incentiva ao questionamento e a contestação dos lugares hegemônicos de fala, a partir dos quais o pensamento é produzido (REA, 2018). A universalidade se torna reducionista (HARAWAY, 1995, p. 16), inclusive quando uma linguagem é imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões⁴, o que vejo de forma muito frequente no meu cotidiano acadêmico.

² Não temos a intenção neste texto de hierarquizar, mostrar perspectivas melhor ou pior que a outra, mas tentar superar as batalhas entre perspectivas científicas e possibilitar a coexistência de pensamentos (SILVA et al, 2013).

³ Autoras como McDowell e Sharp (1997) argumentam que a ideia da universalidade do conhecimento difundido como neutro é apenas um conjunto de ideias sobre a verdade da humanidade que foi especificamente masculino.

⁴ Esta é a fantasia mortal que as feministas e outros identificaram em algumas versões das doutrinas de objetividade a serviço de ordenações hierárquicas e positivistas a respeito do que se

Para contextualizar alguns pontos discutidos na segunda parte deste texto, vou utilizar de experiências pessoais dos percursos dos trabalhos de campo durante minha pesquisa de doutorado. De modo geral, a pesquisa era voltada a entender o processo de segregação socioespacial em duas cidades não metropolitanas por meio da vida cotidiana de sujeitos sociais que optaram em residir em condomínios fechados, de médio e alto padrão.

Não pretendo discutir neste texto os resultados da pesquisa, mas desenvolver uma reflexão sobre as práticas de pesquisa que envolvem as considerações debatidas no âmbito da epistemologia feminista, no sentido de considerar as relações estabelecidas entre o pesquisador e os pesquisados no processo de geração de informações. Na não neutralidade do pesquisador em campo e na possibilidade de nos aproximarmos de nossos objetos de pesquisa, a questioná-los, a confrontá-los e neste processo compreender que a metodologia é também construída no percurso da pesquisa e como isso pode auxiliar se não no rompimento, ao menos, na problematização de se fazer pesquisa de forma reprodutiva.

A CORPORIFICAÇÃO DAQUELES QUE PESQUISAM E ESCREVEM

A geografia feminista não remete unicamente na temática de gênero e abordar gênero nas pesquisas geográficas não está diretamente ligado ao fazer científico feminista. O feminismo na prática acadêmica é uma perspectiva subversiva mais ampla, baseando-nos em Doreen Massey, ser uma geógrafa feminista compreende pensar sobre a produção do conhecimento, as relações políticas e de poder inerentes ao processo de constituição da imaginação geográfica e de seu processo de legitimação (SILVA ET AL, 2017).

pode ter validade como conhecimento, assim nos evidência Haraway (1995, p. 17). A autora trabalha com a teoria feminista dos saberes localizados.

A estrita relação entre conhecimento e política constitui, assim, a base da epistemologia feminista e de outras perspectivas epistemológicas que questionam a imagem pretensamente despolitizada e descontextualizada da construção ocidental e moderna da objetividade científica descorporificada (REA, 2018, p. 90), como se a pessoa que pesquisasse não tivesse corpo e posicionalidade no mundo. A proposta de Haraway (1995) que assumimos é questionar as doutrinas de objetividade que ameaçam nosso nascente sentimento de subjetividade e a atuação histórica coletiva e nossas versões “corporificadas” da verdade. Por isso ela defende uma contraposição às “visões de cima” e universalizantes e propõe uma visão parcial desde algum lugar (HARAWAY, 1995, p. 34).

Isso se justifica a meu ver, na medida em que a pesquisa concreta se faz por meio de cientistas que têm cor, gênero, corpo, sexualidade, posição política e ocupa espaços. Nos termos de Haesbaert (2020, p. 77) o corpo não pode ser tratado de modo universal e neutro, pois tem raça, sexualidade e gênero, além de idade (faixa geracional) e classe socioeconômica e todos esses aspectos integram também os corpos daqueles que pesquisam. Não há um “pensador puro”, mas um ser corporificado⁵, nesse sentido questiono a neutralidade científica.

Segundo Haraway (1988) o conhecimento posicionado implica reconhecer nossa capacidade de produzir um saber que se faz de determinada situação e de se responsabilizar por ele, sendo capaz de explicitar cada ação investigativa. Isso coloca em xeque a existência desse sujeito possuidor de uma linguagem universal – incorporada e naturalizada pelos estudantes de modo pouco crítico, haja vista também o pouco espaço de debates sobre isso nos grupos de pesquisa.

⁵ A corporeidade foi negligenciada pela geografia brasileira, tanto na concepção dos corpos no processo de produção do espaço quanto dos corpos dos pesquisadores e pesquisadoras,

Em uma crítica feita por Massey (1991) a Harvey (1989)⁶ e Soja (1989) ela afirma que os autores fazem uma consideração simplista de que as relações de poder e políticas estão apenas em torno do capitalismo, deixando de lado outras importantes dinâmicas de sexismo, racismo e homofobia, reduzindo tais processos com simples efeitos secundários do sistema capitalista.

A posição de Massey, não apenas no texto “Flexible Sexism”, evidencia que essas outras dinâmicas não podem ser analisadas como sub-produtos, mas componentes dos processos de produção e reprodução social (SILVA et al, 2017, p. 18), marcadores de diferenças. Em um pensamento também crítico a essa visão marxista universalizante, Haraway (1995, p. 14) afirma que o marxismo humanista foi poluído em sua origem pela sua teoria ontológica estruturante de dominação da natureza na auto-construção do homem e pela sua impotência para historicizar qualquer coisa que as mulheres fizessem que não fosse por salário.

Nesse contexto o suposto sujeito do saber universal e neutro revela-se, assim, um sujeito sócio-histórica e politicamente situado, um sujeito hegemônico (REA, 2018, p. 89), que fala e pensa a partir de seu lugar de poder, mas que impõem um olhar conquistador que não vem de lugar nenhum, nos termos de Haraway (1995). O que me preocupa é a naturalização e a pouca problematização disso nas pesquisas e nos grupos de debates acerca do fazer científico (ao menos pela minha vivência), como se executar a pesquisa e entregar os relatórios finais fosse a única necessidade vigente, deixando de lado (de forma sempre relativa) o processo de se refletir sobre a pesquisa e a posicionalidade do pesquisador neste percurso, inclusive nos trabalhos de campo.

⁶ A crítica de Doreen Massey foi em relação a duas obras do final dos anos 1980: *Condição pós moderna* de David Harvey (1989) e *Geografias pós modernas* de Edward Soja (1989). Para Massey (1991) além de os autores assumirem uma universalidade de subjetividades e processos sociais, os sujeitos sociais apresentados por esses autores são descorporificados em termos de raça e gênero, sendo que os autores assumem um sujeito genérico: ocidental masculino, branco e heterossexual. Na crítica Massey ainda afirma que para livros que se aventuram a discutir a pós-modernidade, deveriam contemplar sujeitos que não fossem protagonistas da modernidade (SILVA et al, 2017, p. 18).

Este olhar universal, que se expressa na forma de escrever e mostrar os resultados de pesquisa, se inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada (universal) alegar ter o poder de ver sem ser visto, de representar, escapando à representação. Este olhar significa as posições não marcadas de Homem e Branco (HARAWAY, 1995, p. 18), naturalizada no fazer científico.

Assim como para Silva et al (2013, p. 91) defendo que a posicionalidade de quem investiga o mundo é fundamental para conceber as perguntas passíveis de serem formuladas e, sendo assim, os resultados de uma trajetória de pesquisa devem conter a autoavaliação de como a posicionalidade da pessoa que investiga influencia os resultados obtidos – todo conhecimento é incorporado e isso pode ser evidenciado na pesquisa, inclusive para dar mais elementos ao leitor em compreender o texto, de modo que o leitor constrói seu entendimento junto com o pesquisador, que dá elementos para isso ao longo de seu texto.

Em um esforço de escapar das concepções que concebem o pesquisado enquanto uma autoridade as reflexões também se direcionam ao processo de geração de informações, nos que chamamos de trabalhos de campo, na geografia. Nossos comportamentos nestes trabalhos de campo e os modos de interpretações das realidades socioespaciais, produzem a concepção de que a investigação não é um produto, mas um processo (SILVA, 2009) – inclusive de formação de pesquisadores. Combinado a isso as experiências e as interpretações pessoais entre quem pesquisa e quem é pesquisado passam a compor as informações da própria investigação (nos estudos feministas), o que é muitas vezes negligenciado no texto que apresenta a pesquisa, como se o pesquisador em campo não tivesse uma corporeidade que influenciasse na própria geração de informações que comporá sua pesquisa.

No âmbito das discussões teóricas da pesquisa, para Ribeiro (1989), as ideias dos autores que compõem as referências bibliográficas podem tanto atuar

para a aplicação de modelos já constituídos, de forma mecânica, como ajudar a liberar a reflexão de cada um. Nossas pesquisas podem tanto confirmar teorias como possibilitar os seus desdobramentos, a partir do tensionamento entre o aporte teórico e a realidade empírica pesquisada, considerando a nossa posicionalidade: na escolha do tema de pesquisa (que já não é neutro), nos trabalhos de campo que envolvem nossas presenças corporais, toda subjetividade envolvida em determinadas realidades e relações pessoais e na redação da pesquisa, na forma como a apresentamos.

Em nenhuma dessas etapas devemos nos “blindar”, ou seja, um pesquisador deve ser expor a seu objeto de pesquisa, parece-me que, com frequência, os pesquisadores se vacinam contra seu objeto, se “desinfetam” do tema. Contudo o que significa escolher um objeto de pesquisa e, depois disso, anestesiá-lo, esterilizá-lo? (RIBEIRO, 1989), ou ainda, descorporificá-lo. A possibilidade é: nos expormos mais aos nossos objetos de pesquisa, que aliás, nada é apenas objeto, porque sempre, de algumas forma, nas ciências humanas, a escolha/e o objeto de pesquisa tem a ver intimamente com o sujeito que o estuda⁷.

Há uma série de relações de poder instituídas tanto nos universos pesquisados como no dos pesquisadores (MASSEY,1999), as relações de poder se expressam nas esferas sociais que estamos examinando e são incorporadas no sistema de saber-poder que as nossas conceituações são construídas, assim a ciência é um texto contestável e acima de tudo um campo de poder (HARAWAY,1995), em que há disputas inclusive. Dialogar com os autores e autoras não se resume ao exercício de utilizar suas conceituações para explicar ou

⁷ Vejo isso em meu cotidiano acadêmico: as relações prévias entre os estudantes e os temas/objetos que escolhem para a pesquisa, quando isso não ocorre, ou seja, o tema é posto ao estudante, as dificuldades para o desenvolvimento da pesquisa são ainda maiores.

interpretar todo o contexto empírico pesquisado, de forma encaixada e pouco dialógica e crítica.

Acreditamos que seja o corpo teórico e metodológico de um campo científico que cria as invisibilidades de certos fenômenos e grupos sociais e não a realidade em si (SILVA, 2009, p. 94), há formas de se fazer uma geografia que além de invisibilizar certos grupos sociais, máscara o poder que produz e elege os sujeitos sociais, temas, objetos que são considerados “dignos” do discurso geográfico⁸. Além disso há modos de se fazer, do ponto de vista metodológico, que como dito anteriormente, que também funciona como um mecanismo que invisibiliza a relação entre aqueles que pesquisam e aqueles que são pesquisados.

Trazer para arena do debate científico geográfico os saberes produzidos pelos ‘condenados da ciência’ (mulheres, negros, homossexuais) de forma emancipatória, significa instituir uma razão decolonial do saber científico e das práticas cotidianas que o sustentam (SILVA ET AL, 2015, p. 190).

A cultura dominante classifica e rotula valores e significados para minorias étnicas, idosos, mulheres, negros, homossexuais, deficientes físicos e obesos, sempre considerados “outros”. O grupo dos “outros” são definidos por seus corpos e as normas sociais os designam, de forma degradante, como desviantes, impuros, feios, repugnantes, doentes e fora de ordem. Ao aprisionar o “outro” em seu corpo, os grupos dominantes (tendo como referente o homem, branco, ocidental) estão aptos a tomar sua decisão como sujeitos desincorporados, sem marcas, porque eles se constituem como referência positiva a que todos os demais são comparados (SILVA et al, 2013, p. 90).

A partir de um padrão unificado (mas que é também corporificado) se constituiu o outro e uma linguagem universal, em que é ditado a forma de se

⁸ Segundo Rea (2018, p. 87) o projeto humanista europeu surgiu, então, a partir da permanente exclusão de vastas porções da humanidade – não brancas(os), populações colonizadas, mulheres, pessoas que não se encaixam na norma heterossexual – da própria definição do humano. rejeita e silencia as falas de sujeitos e grupos sociais, em função de sua compatibilidade, ou não, com o projeto que tal modernidade ocidental encarna.

expressar e de escrita no âmbito acadêmico (não me refiro às normas da ABNT). Concordo com Ribeiro (1989, p. 194) de que há neste contexto um abuso da voz passiva, em vez de se dizer “vou argumentar que”, “proporei que”, temos os anglicismos “é examinado”, “será sugerido”, o que gera, a meu ver, uma construção pedante, que distancia aquele que escreve daquele que lê: parece que na ‘ciência’ o pesquisador sempre se esconde, coloca o texto em terceira pessoa, simulando como se ele estivesse fora do contexto, como afirmou em uma entrevista Diana Helene⁹.

Fazer ciência é também fazer política, pois a Geografia, como todas as outras formas de aliança entre saber e poder, é um suporte epistemológico de múltiplos interesses, resultante de poderes próprios de sujeitos, rearranjados no tempo e no espaço (SILVA et al, 2013), fazer opções no percurso de uma pesquisa, é também tomar posicionamentos, fazer escolhas (compreender onde estamos e onde não estamos), o que é de fundamental importância no processo de formação de pesquisadores e pesquisadoras – que pensam e pesquisam a partir de posições no mundo, de seus corpos – o que inclui classe, raça, gênero, ciclo e história de vida.

Quanto aos estudos dos grupos sociais ressaltados (mulheres, negros, homossexuais), temos também de fazer o esforço em não se criar o “outro lado da moeda”, criar ou reforçar polarizações. Segundo Haraway (1995, p. 22) muitas correntes do feminismo tentam estabelecer bases teóricas para uma confiança espacial na perspectiva dos subjugados, ela argumenta a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis.

⁹ Que desenvolveu a pesquisa de doutorado: “Preta, pobre e puta”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Helene (2018) afirmou nesta entrevista que um dos pontos mais elogiados de sua pesquisa foi esse esforço dela se colocar o tempo inteiro dentro da investigação.

Segundo a autora, perspectivas da qual compartilhamos, há um risco em se romantizar e/ou apropriar a visão dos menos poderosos ao mesmo tempo que se alega ver desde a sua posição. Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que “nós” “naturalmente” habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados.

Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento (HARAWAY, 1995, p. 22).

Compreendemos que a alternativa ao relativismo não é a totalização e a visão única que, finalmente, é sempre a categoria não marcada cujo poder depende de um sistemático estreitamento e obscurecimento, nos termos de Haraway (1995). A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e em conversas compartilhadas em epistemologia.

O relativismo é uma maneira de não estar em lugar nenhum, mas alegando-se em que se está igualmente em toda parte, um discurso universal – descorporificado (HARAWAY, 1995). A “igualdade” de posicionamento é uma negação de responsabilidade e de avaliação crítica. Nas ideologias de objetividade, o relativismo é o perfeito gêmeo invertido da totalização; ambos negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial. É precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica, objetiva, firme e racional (HARAWAY, 1995, p. 23), quando falamos sobre algo, analisamos um fenômeno, um processo, fazemos isso a partir de uma posição, enquanto sujeitos sociais pesquisadores corporificados – no tempo e no espaço.

Uma relevante contribuição metodológica para a superação da dicotomia mente/corpo de Lefebvre (2006), foi a concepção de que o cientista, ser humano produtor de conhecimento, é corporificado, como afirmei, e, assim, aquilo que é produzido como ciência se realiza de um determinado ponto de vista, de alguém que tem um corpo generificado e racializado (SILVA et al 2013). Novas epistemologias foram possíveis por meio do reconhecimento de que o conhecimento é sempre situado, como confere Haraway (1995).

Retomando a ideia crítica de universalização do conhecimento (sem posicionalidade no processo de produção), nos termos Rea (2018, p. 86) o nascimento dos estudos pós-coloniais, feministas, de gênero e sexualidades coincidiu com a crítica do modelo epistemológico da modernidade ocidental, fundado na pretensão de uma ciência universal, objetiva e imparcial, supostamente independente de qualquer condicionamento de ordem social, histórica e cultural.

Por outro lado, a defesa de uma doutrina de objetividade corporificada que acomode os projetos científicos feministas críticos e paradoxais, objetividade feminista significa, simplesmente saberes localizados (HARAWAY,1995, p. 18), o que pode auxiliar na problematização desse ponto de vista universalizante, mas que também não é neutro, apenas atingiu a neutralidade por meio da imposição – relação de poder (saber-poder) pouco debatida no âmbito acadêmico.

Quero uma escrita feminista do corpo que enfatize metaforicamente a visão outra vez, porque precisamos resgatar este sentido para encontrar nosso caminho através de todos os truques e poderes visualizadores das ciências e tecnologias modernas que transformaram os debates sobre a objetividade. Precisamos aprender em nossos corpos dotados de cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos **instrumentos teóricos e políticos de modo a pensar onde estamos e onde não estamos (...)**. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo

podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p. 21, grifo nosso).

A pesquisa situa-se no movimento ininterrupto do mundo estabelecido pela indissociável articulação entre teoria e prática (CARLOS, 2014), a segunda pode estabelecer mudanças na primeira, diálogos, essa relação não é apenas de “aplicabilidade” de conceitos para explicar a realidade.

Alguns tensionamentos a partir do enfoque na vida cotidiana como lugar das resistências e da elaboração das estratégias de luta pode descortinar possibilidades para isso, uma vez que é o lugar concreto onde se situam as contradições, as quais limitam a vida mas também abrem as possibilidades, as resistências. A partir da observação de eventos do cotidiano é possível gerar informações sobre a estrutura da sociedade que compõe aquela situação. Desses pequenos eventos, podemos verificar como funciona a estrutura maior (HELENE, 2018).

É preciso desconfiar de um campo científico seja de tal forma por causa de uma essência qualquer, mas entender que foi assim constituído porque é fruto de forças e privilégios que são mascarados por **conceitos e métodos aparentemente neutros**, objetivos e imparciais. Uma geografia feminista questiona conceitos e métodos que podem mascarar diferenças, desigualdades e dominações, e luta contra as universalizações (SILVA ET AL, 2017, p 14, grifo nosso).

A primeira dimensão (aplicação de conceitos) se deve em boa parte, para acalmar os sentimentos de ansiedade dos estudantes, na medida em que as respostas estariam (ilusoriamente) prontas e, por conseguinte, a pesquisa teria um norteamento, e isso pudesse diminuir a ansiedade e o medo do desconhecido.

Por outro lado, reconhecer a criação e legitimação das hegemonias de saberes corporificados é um traço fundamental da epistemologia feminista (SILVA et al, 2017), contrapondo-se então a ideia de autores enquanto autoridades intransponíveis e não passíveis de diálogos, o que inclusive, muitas vezes marca

uma exterioridade mecânica do sujeito pesquisador em relação ao seu objeto, estabelecendo uma mediação pela “bibliografia” selecionada.

Concordo com a afirmação de Ribeiro (1989) que essa ruptura com a autoridade não precisa ocorrer só depois de um interminável rol de ritos de iniciação e ascensão acadêmica, mas pode começar cedo, já que quem nunca se atreveu pode ter dificuldades em algum momento, a começar a dialogar de modo mais horizontalizado com os autores e autoras que acionam para desenvolver as pesquisas, para auxiliar nas interpretações e análises.

O conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo (HARAWAY,1995) e esse debate está pouco presente no processo de produção do conhecimento no âmbito acadêmico, o que de certa forma também funciona como um dificultador em relação à ideia de diálogo com autores e por conseguinte alicerça a reprodução, em uma espécie de *modus operandi* do fazer científico, por outro lado

As geografias feministas reconhecem a ciência geográfica por meio da análise da ação das pessoas, de seus instrumentos de pesquisa, ideologias, culturas, e assim por diante. Os princípios enunciados jamais são considerados como fora de embates e mediação de forças e interesses, ou seja, o científico é sempre político. A ação de conhecer baseia-se nas epistemologias escolhidas que estão nas entranhas dos processos de pesquisa e isso precisa ser assumido (SILVA ET AL, 2017, p. 13)

A proposta dos saberes parciais, localizados e críticos não significa cair no essencialismo ou no identitarismo, mas partir de sujeitos situados, encarnados, sócio-politicamente e epistemologicamente localizados e diversos, cujas produções de conhecimento desafiam o cânone da suposta neutralidade e a pretensão de universalidade da epistemologia dominante (REA, 2018, p. 90), e isso perpassa as etapas da pesquisa, em todo esse processo há uma pessoa corporificada.

REFLEXIBILIDADE E POSICIONALIDADE NA PRÁTICA DE PESQUISA

Compreender um texto científico exige maior grau de nossa concentração, é diferente de ler uma mensagem no *Whatsapp* por exemplo, isso envolve evitar ao máximo estímulos externos e internos. Longe de objetivar elaborar um texto estilo manual de estudos, o meu desejo central é colocar em debate pontos que considero pouco discutido no processo de formação acadêmica, o que, a meu ver, contribui para a descorporificação dos estudantes em seus processos de formação e pesquisa.

Evitar tudo isso nos dias de hoje – como as mensagens citadas, é um desafio devido à velocidade e quantidade de informações que são geradas e circuladas diariamente, mas é também, para nós que trabalhamos com as ideias, um exercício diário necessário. Momentos de interrogação, pesquisa, reflexão devem habitar o tempo lento da reflexão e não o rápido que nos é imposto pela competição no mercado e seus critérios de produtividade (CARLOS, 2014). Ainda que considerando todas as dificuldades do momento (sobretudo o ensino remoto emergencial¹⁰) compartilhamos da ideia de Ribeiro (1989) de que, de modo geral: lê-se mal. Com exceção dos cursos de filosofia e letras, segundo ele, raramente se ensina a ler, com rigor, um texto, de maneira que esse “exercício” é atropelado pela necessidade de ler (tempo rápido) e fazer citações nos trabalhos de pesquisa.

Se aplica uma forma muito instrumental com os textos, como se eles tivessem um objetivo único e preciso: “quero uma bibliografia para tratar de tal questão”. Não se lê o texto de maneira interessada, mas interesseira (RIBEIRO, 1989).

Em um processo de construção de um objeto, do projeto de pesquisa e por conseguinte o desenvolvimento propriamente da pesquisa, somos deparados com dois desafios centrais: a pesquisar e a aprender a aprender/aprender a

¹⁰ Período da Pandemia de Covid-19, escrevo em abril de 2021.

pesquisar, do ponto de vista do desenvolvimento da autonomia. Ler e aprender a ler - ler não apenas no sentido de decifrar o código da escrita, mas compreender os sentidos e significados dos textos, das ideias dos autores, tecer diálogos, concordar e discordar. Reforço aqui que o exercício da leitura, da compreensão, do entender o que é uma pesquisa, da posicionalidade e corporeidade de cada um/uma integra a própria prática da pesquisa, e essa dimensão não pode ser negligenciada na formação acadêmica.

Do ponto de vista das leituras, os dois caminhos apontados por Renato Ribeiro e que compartilhamos e desdobramos em alguns sentidos são: a) que tal conhecermos a bibliografia, para além da utilidade imediata? Tendo a leitura como um fim em si e não apenas a tendo como fonte imediata de se retirar citações e sustentar nossos textos de pesquisa. Além disso a ideia de que muitas vezes dificuldades nos são postas no exercício de compreensão dos textos (de forma sempre relativa), a ideia é buscar exemplos materiais do que o autor trata naqueles escritos, levando em consideração o tempo e o espaço em que o texto foi escrito, isso não é neutro, tanto quanto a corporeidade do autor.

O segundo caminho é: b) estarmos atentos aos pontos em que a bibliografia e nossos *corpus* estão de acordo, mas também aqueles que apresentam divergências, em que podemos discordar, ou seja, nunca aplicarmos mecanicamente uma chave explicativa a um problema. Haja vista que o fato de identificarmos o tempo e o espaço em que os textos foram escritos, pode nos ajudar e identificar e mostrar nossa posição em relação às diferenças.

No âmbito das escolhas dos assuntos e problemáticas de pesquisa, vejo que há uma colonização de temas nas pesquisas geográficas, não apenas do que deve ser pesquisado, mas também como ser, alguns temas permanecem na periferia, como afirmei anteriormente. Há uma predominância do falocentrismo na política e no conhecimento científico, que impactam na forma como alguns

sujeitos sociais se apropriam, usam o espaço e como suas demandas não são consideradas importantes para o campo geográfico (SILVA ET AL, 2019).

Por exemplo a forte conexão entre espaço e as injustiças ligadas ao gênero¹¹. Beebeejaun (2017) *apud* Silva et al (2019, p. 74), argumenta que o direito à cidade é genericada, e segundo ela, em meio à cidade formal planejada pelos arquitetos e urbanistas, as práticas espaciais de moradores urbanos marginalizados pelas marcas corporais (mulheres, homossexuais, negros) revelam uma arena urbana mais complexa na qual os direitos são constantemente negociados.

Dessa forma, uma imaginação do espaço como dinâmico e como fundamental para explorar as relações de poder implica a compreensão de como o espaço é apropriado e usado por pessoas, cujas marcas corporais, gestuais e de comportamentos não podem ser facilmente encobertas – o que muitas vezes o são por procedimentos metodológicos e formas de utilizar o aporte teórico, de maneira que desconsideram aquilo que não está previsto pela teoria.

A atenção às relações envolvidas no processo de pesquisa é fundamental, sobretudo as relações de poder entre o/a pesquisador/a e os/as outros/as colaboradores/as da pesquisa são elementos a serem considerados na produção de informações. Os grupos que são pesquisados não são passivos no processo de pesquisa, mas atuantes na sua produção (SILVA ET AL, 2017, p. 15). Ao compartilhar sua experiência de pesquisa, Helene (2018, p. 80), declara que é importante você sempre analisar e problematizar a sua inserção naquele meio que será seu objeto de análise. Porque, inevitavelmente, você vai mudar o espaço que você pesquisa a partir do momento que você se insere nele. Então, em suas palavras, tem que problematizar essa inserção mesmo, porque não é uma inserção qualquer.

¹¹ McDowell (1999), geógrafa feminista que se inspirou nas reflexões de Henri Lefebvre sobre gênero.

O nosso corpo ao estar em campo muda a relação naquele espaço – é essa realidade que será observada, com a nossa corporeidade (e tudo que isso representa) naquele momento, a realidade não estática, não estava parada “esperando a visita do pesquisador”.

As feministas, ligadas a epistemologia feminista, têm fugido das doutrinas de objetividade científica devido, em parte, à suspeita sobre um “objeto” de conhecimento ser uma coisa inerte e passiva, como se o mundo fosse fixo, o mundo é uma entidade ativa (HARAWAY, 1995, p. 34), os códigos do mundo não jazem inertes, apenas a espera de serem lidos.

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento **seja visto como um ator e agente, não como uma tela**, ou um terreno, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento “objetivo” (HARAWAY, 1995, p. 36, grifo nosso).

O processo de geração de informações – nos ditos trabalhos de campo - também não é neutro. A ciência é produzida por seres humanos em seu cotidiano e, portanto, o conhecimento gerado é relacional ao tempo e ao espaço próprios do cientista.

É comum a expressão “coleta de dados” quando o principal instrumento metodológico foi a realização de entrevista e ou a observação, por exemplo. Neste caso, as informações são geradas a partir da relação social estabelecida entre aquele que pesquisa e aquele que é pesquisado, entrevistado, espaço observado. Explicações de um mundo “real”, não dependem da lógica da “descoberta”, mas de uma relação social de “conversa” carregada de poder (HARAWAY, 1995). O mundo não fala por si mesmo, nem desaparece em favor de um senhor decodificador. O importante não é ‘desvendar’ uma ‘verdade’ sobre como aconteceu o processo, mas sim entender ‘como se reproduzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso (HELENE, 2018).

No âmbito da minha pesquisa de doutorado (como explicitarei na Introdução deste texto) considerava minha própria posição no campo em relação às pessoas que eu entrevistei e o contexto espacial que observei, e como a minha presença física também passou a compor o espaço que eu estava investigando. Tomo a liberdade de transcrever partes do meu diário de campo, com as passagens tento mostrar minha preocupação em mostrar ao leitor o contexto relacional da pesquisa de campo, minha corporeidade e olhares no processo investigativo.

Na entrada do condomínio Recanto Real, assim como na portaria do Damha, tem que se retirar um ticket, com código de barras, nome do taxista, entre outras informações. Os carros que entram já são cadastrados, de forma em que o taxista já era cadastrado e o ticket saiu nominal, hoje 26/03/2014, escrevo após chegar do trabalho de campo.

Entrei por volta das oito horas da noite, para a entrevista com Carlos¹², o taxista me deixou em frente à casa, Carlos e a esposa me aguardavam na área da frente, sentados cadeiras, logo que entrei na área o telefone da casa tocou, a mulher foi atender, e quando voltou me disse que era o porteiro, tinha ligado para confirmar minha chegada. De modo desinteressado perguntei se isso sempre acontecia, em cada visita, os moradores confirmaram e disseram que é por uma questão de segurança, para que os visitantes não fiquem transitando dentro do condomínio.

A entrevista foi feita em uma mesa na área da frente, onde estava uma fresca brisa da noite nublada, antes de começar a entrevista Carlos brinca com o vizinho que passa na rua tranquilamente, perguntando se iria chover. Depois de um tempo de conversa (entrevista) passa o segurança que faz a ronda noturna, para em frente a casa e pergunta se está tudo ok. Carlos me conta (com orgulho) que a cada tempo o funcionário tem que “marcar um ponto”, durante toda a noite, é uma forma de mostrar que não dormiu, nas palavras de Carlos.

Na saída do condomínio, fui caminhando até a portaria, eram por volta das 22:00 horas, eu vi somente um casal de idosos caminhando na rua (via interna), com roupas de ginásticas, no lago do condomínio existe um posto de segurança, onde fica um segurança parado, armado, vestido a caráter e observa as movimentações do condomínio, de modo a manter a “segurança”. Quando se olha para o funcionário a sensação que se quer passar

¹² Os nomes são fictícios.

é de segurança, mas a mim passou a sensação de insegurança, como se a qualquer momento poderia acontecer ali um tiroteio. Ele ficou me observando enquanto eu fazia algumas fotos, mas intimidada pela cena, continuei caminhando até a portaria, onde coloquei o *ticket* na máquina, na portaria da saída, tendo a certeza de que o tempo que permaneci ali dentro foi contabilizado.

A chegar à entrada do condomínio (22/01/2015), esperei aproximadamente dez minutos, havia uma fila de carros para a entrada de visitantes. Na guarita, me identifiquei como de costume, pois já era a terceira entrevista que fazia naquele residencial (Recanto Real), já tinha feito o cadastro, e minha entrada foi aprovada, depois de interfonar para a moradora que eu iria entrevistar e confirmar que ele estava me esperando. Além do funcionário da guarita havia um segurança armado próximo a cancela de entrada de visitantes, com o mesmo uniforme da segurança que fazia a ronda.

Ao chegarmos à residência da entrevistada ela não estava em casa, rapidamente o segurança, que faz a ronda de moto (armado), veio e nos disse que ela estava em determinada casa, de uma amiga, alguns metros de onde eu estava. Isso mostra o controle interno, até mesmo da movimentação dos próprios moradores, na medida em que (propositalmente ou não) o segurança sabia que a moradora não se encontrava em casa e o lugar que ela estava naquele momento.

Logo em seguida fomos chamá-la na casa indicada, aproximadamente duas quadras, o segurança me acompanhou até a casa, ele de moto e eu caminhando. Eliane estava com o marido e a filha na calçada conversando com outra moradora, que também tinha uma criança (elas brincavam), em seguida nos direcionamos para a casa de Eliane, e as duas crianças, tanto a filha quanto a outra criança, também foram, mostra que tinham proximidade. O caminho de volta, em que eu estava com a moradora o segurança desviou o olhar, não mais me acompanhou.

Estes breves relatos são registros em meu diário de campo. Costumava fazer isso assim que chegava do trabalho; no caminho as ideias iam se compondo, as memórias curtas eram organizadas e assim que possível eu fazia estes registros escritos, os quais compuseram as informações analisadas para o desenvolvimento da tese. A minha presença física no trabalho de campo passou a compor o espaço que investigava, minha corporeidade foi representada e

interpretada pelas pessoas que compunham aquele espaço de pesquisa, nos momentos em que estive presente.

Por não ser invisível no campo, compreendi que o controle da sociedade sobre os indivíduos, neste caso por esses espaços fechados de moradia (condomínios fechados), não é feito apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo, para usar uma ideia desenvolvida Foucault (1984).

As características que envolvem essa relação devem ser consideradas no processo metodológico porque fazem parte da produção tanto das informações quanto dos possíveis resultados a serem produzidos na pesquisa, ao trabalhar com a ideia de corporeidade defendo a perspectiva de mutabilidade e movimento em campo, que inclusive ultrapassa a ideia de corpo, entendido tradicionalmente como algo fixo (SILVA et al, 2013), e assumo a ideia de corporeidade, entendida como linguagem estrutural que transpassa o corpo, centrada nas práticas cotidianas (LINDÓN, 2012).

146

Reafirmamos que é a relação que produz a pesquisa, e não os pesquisadores e os participantes/colaboradores considerados de forma isolada e oposicional, a relação baseada na corporeidade de todos os envolvidos na cena (SILVA et al, 2017).

É neste ponto que centra uma das maiores críticas da corrente epistemológica feminista, que se refere ao mito da existência de um olhar que vê e explica tudo e que não pode ser visto, produzindo uma espécie de verdade universal (SILVA ET AL, 2017), e claro que faz uso da linguagem universal debatida no início deste texto. Em uma crítica em relação a esse olhar universalizante, concordamos com Haraway (1995, p. 22), quando afirma que todos os olhos, incluídos os nossos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo percepções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida. Não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de

corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos.

PARA ARREMATAR...

Aproveitar a sensação de insegurança para construir um cenário de pesquisa, baseado na possibilidade da descoberta, da dúvida, do questionamento foi um dos principais incentivos para a construção deste texto. Penso que seja nesse trilhar que reside a maior potencialidade da prática científica – a descoberta, o melhor mesmo é nos expor ao que o objeto ou o *corpus* traga de novo, de inesperado, como também ensina Renato Ribeiro, no texto que me refiro ao longo destas reflexões.

Considero que a Universidade seja um lugar da construção do pensamento alternativo (CARLOS, 2014) e libertador. Construir a autonomia durante o processo de pesquisa se coloca tão importante quanto se chegar aos resultados de pesquisa, neste percurso há um sujeito social em formação. Retomando a posicionalidade de Massey em relação às geometrias de poder, que inclui o espaço acadêmico, de produção científica, também considero que o espaço acadêmico deve ser compreendido pelas pessoas que fazem parte dele, produzindo outras geometrias de poder, capaz de impulsionar os grupos menos favorecidos em suas posicionalidades (SILVA ET AL, 2017, p. 19) e flexibilidade em relação às suas práticas de pesquisa, que envolvem os estudantes durante anos, seja na graduação ou seja na pós graduação.

A ausência de corporeidade nas práticas investigativas, tanto dos que pesquisam quanto dos que são pesquisador reforçam saberes e vozes universalizantes, constituídas a partir de um lugar de fala hegemônico. O que me aflige é a produção deste modo de fazer sem debate e discussão no chão em que vivo.

A epistemologia feminista tem interesse em um projeto de ciência que ofereça explicações mais adequadas a meu ver, mais ricas em pormenores, com relação crítica, reflexiva quanto às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p. 15), isso pode auxiliar no questionamento da “terra firme” que muitas vezes estamos adaptados a pisar e construirmos conhecimentos “mais humanos” com capacidade de diálogo com aqueles que nos ajudam a construí-los em suas vidas cotidianas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. IN: **GEOUSP**, São Paulo, v. 18, n.3, p. 472-486.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: Castro-Gómez, S. e Grosfoguel, R. (orgs.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HELENE, Diana. Entrevista. In: COSTA, Eduardo (Org.). **Perspectivas contemporâneas sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 79-89.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575 - 599, 1988.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos Pagu**. N. 5, 1995. p. 7-41.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Edições Loyola 1992.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LINDÓN, Alicia. Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia un renovado *betweeness*. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. V. 11, n. 33, 2012. p. 698-723.

MASSEY, Doreen. Flexible sexism. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 9, n. 1, p. 31 – 57, 1991.

MCDOWELL, Linda; SHARP, Joanne. **Space, gender, knowledge: feminist readings**. London: Arnold, 1997.

NEÜMAN, M. I. N. Construcción de la Categoría "Apropiación Social". In: **Quórum Académico**, 5(2), 3, 2008.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; PRZYBYSZ, Juliana. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para análise no Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Orgs.). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-115.

_____; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. “Não me chame de senhora, eu sou feminista”! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. In: **Revista Geographia**. V. 19, n.40, 2017. p. 11-20.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. IN: **Revista Cidades**. V. 13, n. 22, 2016. p. 101-114.

SOJA, Edward Willian. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

REA, Caterina. Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas. In: RODRIGUES, C., ANDRADE, D. S. V.; MANO, M. K, ZUCCO, M. C; Janja ARAÚJO, J. (Org.). **Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres**. Salvador. 2018. p. 83-110.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme. In: **Revista de Sociologia da USP**, Universidade de São Paulo. V. 10, n. 2. São Paulo: USP, FFLCH, 1989.

Submetido em: 27 de abril de 2021.

Aprovado em: 25 de outubro de 2021.

Publicado em: 23 de dezembro de 2021.